

Desenvolvimento Socioeconômico em uma Região Periférica da Amazônia: Tocantins

Nilton Marques de Oliveira¹
Pablyne Farias Santos²
Udo Strassburg³

Resumo:

O objetivo central desse artigo é fazer uma caracterização dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico em uma Região Periférica da Amazônia do Estado do Tocantins, na primeira década do século XXI. Os dados utilizados são oriundos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Governo do Estado do Tocantins, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Utilizando dados como índice de natalidade, índice de mortalidade bruta e infantil, Índice de Desenvolvimento Humano, taxa de alfabetização, taxa de fecundidade, Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, os resultados sugerem que Tocantins ocupa posição mediana em desenvolvimento socioeconômico na região Norte, tendo apresentado evolução em alguns indicadores mas ainda tem muito que avançar para chegar ao padrão satisfatório de desenvolvimento econômico.

Palavras - Chave: Tocantins - Desenvolvimento Socioeconômico - Região Amazônica – Desenvolvimento Humano

Abstract

The central objective of this paper is to characterize the indicators of socioeconomic development in the state of Tocantins, a peripheral region of Amazon, in the first decade of this century. The used data are from Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (Brazilian Institute of Geography and Statistics), the State of Tocantins, and the United Nations Development Program (UNDP). Used data were birth rate, crude death rate and infant, Human Development Index, literacy rate, fertility rate, and Gross Domestic Product (GDP) *per capita*. Results suggest that Tocantins occupies the median position in socioeconomic development in the Brazilian North region and showed progress on some indicators but still has long way for reaching satisfactory standard of economic development.

Keywords: Tocantins - Socioeconomic Development - Amazon region - Human Development

¹Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Toledo - PR. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Maringá - UEM. Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV. E-mail: niltonmarques@uft.edu.br

²Acadêmica em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Tocantins e Integrante do Grupo PETEconomia-UFT.

³Doutorando em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), Campus de Toledo, PR. Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica (FECAP- SP), Professor do Curso de Ciências Contábeis da UNIOESTE/ Cascavel – PR. Pesquisador do Grupo de Estudos em Contabilidade e Controladoria. E-mail: udo.strassburg@unioeste.br

1. Introdução

Tem-se como objetivo este trabalho de fazer uma caracterização dos indicadores de desenvolvimento socioeconômico em uma Região Periférica da Amazônia do Estado do Tocantins no início da década do século XXI, fazendo uma comparação entre seus indicadores e os da Região Norte e Brasil.

A justificativa deste artigo se deve ao fato de existirem poucos estudos sobre essa região específica do território brasileiro. Desta forma, este estudo contribui para a análise de seus indicadores econômicos, conhecendo as reais necessidades da população tocaninense.

A hipótese elementar que o norteia se centra em dados econômicas e sociais do Tocantins, levando em conta seu crescimento e desenvolvimento apresentados na década de 2000. Tocantins é resultado histórico particular do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, bem como da expansão da fronteira agrícola na Amazônia, não sendo um espaço isolado, mas sim parte integrante e interdependente da economia capitalista.

Visando compreender o crescimento econômico desse estado, a questão que move esse trabalho é: será que o crescimento econômico da mais nova Federação do Brasil está se revertendo em bem-estar social e acesso à educação, saúde, saneamento e emprego para a população do Tocantins?

Tocantins é um dos estados brasileiros que tem apresentado o mais intenso processo de crescimento, tanto demográfico quanto econômico, com taxas bem superiores às médias nacionais. O movimento migratório, ainda em processo contínuo, torna claro que o Estado e a cidade de Palmas vêm atraindo populações das regiões vizinhas.

A população do Estado teve um crescimento médio de 22,5% no período de 2000 a 2010 e no Produto Interno Bruto foi o Estado que mais cresceu no acumulado entre 2002 e 2010, 74,2% (IBGE 2012). Quanto à criação de emprego formal, em 2000,

o Estado contava com 106.040, em 2011, esse número passou para 242.769, um crescimento de mais 128% (MTE, 2012).

Para que se possa fazer uma comparação de desenvolvimento entre países, regiões e estados é necessário analisar variáveis como renda *per capita*, nível de educação, taxa de mortalidade infantil, saneamento básico, taxa de crescimento populacional, entre outras variáveis que serão discutidas neste trabalho.

Trabalhos semelhantes foram feitos por Santos *et al.* (2010), que analisaram os indicadores econômicos e sociais para o Estado de Mato Grosso do Sul. Os resultados encontrados evidenciaram que o Mato Grosso do Sul ocupa posição de destaque em desenvolvimento socioeconômico na região Centro-Oeste, tendo o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano, atrás apenas do Distrito Federal. Quando comparado à média da região Centro-Oeste e ao Brasil, foram verificadas em Mato Grosso do Sul as menores taxas de fecundidade e mortalidade infantil e a maior esperança de vida ao nascer.

Todos os indicadores anteriores podem ser sintetizados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)⁴, elaborado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Destarte, é relevante o estudo sobre os indicadores socioeconômicos, que podem evidenciar se o Estado e a sociedade estão investindo na melhoria da qualidade de vida da sua população. Há de se considerar que o Tocantins está ainda com uma economia em formação, mas apresenta um potencial econômico especialmente em sua capital, Palmas.

Em relação ao crescimento econômico da capital do Estado, Palmas, esta segue o mesmo desempenho apresentado pelo Estado, pois teve um crescimento médio de 14,4% do Produto Interno Bruto entre 2000 a 2010 (IBGE, 2012).

Isso posto, este artigo apresenta a seguir a seção 2, que trata da caracterização histórica do Tocantins. A seção 3 descreve o referencial teórico e metodológico que

⁴ O IDH varia de 0 a 1 (quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano). As três variáveis analisadas são saúde, educação e renda. O IDH está dividido em quatro categorias, que são: 1) Os 25% com maior IDH são os de desenvolvimento humano muito alto, 2) o quartil seguinte representa os de alto desenvolvimento (do qual o Brasil faz parte), o terceiro grupo é o de médio e 4) os 25% piores, os de baixo desenvolvimento humano (PNUD, 2011).

norteia este trabalho, enquanto a seção 4 apresenta os principais resultados e discussão. As considerações finais resumizam o trabalho.

2. Caracterização Histórica do Tocantins

A história do Estado do Tocantins remonta ao período da independência do Brasil. De acordo com Duarte et al. (2010), para facilitar a administração, a aplicação da justiça e, principalmente, incentivar o povoamento e o desenvolvimento da navegação dos rios Araguaia e Tocantins, criou-se um Alvará, o qual dividiu a Capitania de Goiás em duas comarcas (regiões) ou o que hoje poderíamos chamar em tese de municípios: a Comarca do Norte e a Comarca do Sul.

Este ato, segundo Barbosa *et al.* (2004), marcou, definitivamente, a desarmonia entre o Norte e o Sul de Goiás. Grande defensor dos interesses regionais, o desembargador Joaquim Theotônio Segurado foi nomeado administrador, tornando-se um dos precursores da emancipação do Estado do Tocantins.

As justificativas para a separação do norte do centro-sul de Goiás eram, para Segurado, de natureza econômica, política, administrativa e geográfica. Nesse sentido, a porção Norte, segundo Parente (1999), “estava desde o início isolada por medidas legais, como também pela posição geográfica não apropriada à produção agrícola para outros centros consumidores”, o que não deixou de ser verdade, pois a riqueza se concentrava na porção sul de Goiás, em detrimento da Região Norte.

Os debates que visavam à emancipação do Estado voltaram na década de 70 após inúmeras lutas do movimento separatista, porém não havia interesse e nem recursos para a criação de um novo Estado.

O Estado do Tocantins foi criado pela Assembleia Nacional Constituinte, no artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República Federativa do Brasil, promulgado em 05 de outubro de 1988. E, assim, o norte de Goiás consegue a emancipação e passa a se chamar Tocantins.

Conforme visto, a divisão do Estado foi uma reivindicação antiga da população do antigo norte goiano, mas poucas transformações socioeconômicas ocorreram na década de 90, pois o Estado ainda estava consolidando os investimentos em infraestrutura básica, tanto na recém-inaugurada capital Palmas, como também em outras cidades.

O crescimento econômico e a urbanização do Tocantins de fato só vieram a acontecer na década de 2000. Os setores produtivos passam por um processo de

expansão que poderá fazer com que assuma uma posição mais relevante no cenário nacional nos próximos anos. De modo geral, tanto o Tocantins como a cidade de Palmas têm experimentado forte crescimento econômico desde a sua criação, apresentando uma série de oportunidades nos setores primários, de transformações e de serviços.

Uma dessas oportunidades é a construção da Ferrovia Norte-Sul e a construção da Usina Luís Eduardo Magalhães (902,5 MW), em Lajeado. Há possibilidade também de investimento na Hidrovia Tocantins, que permitirá o escoamento de 56 milhões de toneladas de grãos e de insumos, interligando as regiões Norte e Centro-Oeste.

3. As Teorias de Desenvolvimento Econômico: algumas considerações

Nesta seção, serão apresentadas algumas teorias sobre desenvolvimento. Cumpre, então, resgatar alguns conceitos. Para tanto, reporta-se inicialmente à definição de Kuznetz (1983), para quem o desenvolvimento é, na sua essência, um processo de crescimento econômico acompanhado pela melhoria do padrão de vida da população, bem como por alterações fundamentais na estrutura de sua economia.

Em seu trabalho seminal “Economic Growth and Income Inequality” (1995), Kuznetz estudou o desenvolvimento de diversos países, verificou que países muito pobres, com renda per capita muito baixa, apresentavam índices de Gini menos desiguais que os países que haviam iniciado seu processo de desenvolvimento. Cunhou o termo que ficou conhecido como a “lei de kuznetz”, segundo a qual, no processo de desenvolvimento dos países, é inevitável que os países subdesenvolvidos apresentem uma fase durante a qual as desigualdades de renda se acentuam para, depois, com o desenvolvimento, entrarem em uma fase em que as desigualdades de renda diminuam até chegar a um índice mais igualitário, como o dos países desenvolvidos. Isto significa que este processo de crescimento econômico apresenta uma curva em forma de U invertido para a relação índice de desigualdade de renda e taxa de crescimento da renda per capita.

Para Hirschman (1961) e Furtado (1987), o desenvolvimento depende de vários fatores, entre eles: i) passado histórico; ii) situação geográfica; iii) população; iv) cultura; v) extensão territorial; e vi) recursos naturais.

Ainda, Furtado (1986) complementa dizendo que o crescimento econômico se relaciona apenas com o aumento da produção real, não modificando as funções de produção. Desenvolvimento econômico se relaciona com crescimento econômico, porém representa muito mais que um simples crescimento, alterando uma estrutura mais

complexa, as formas sociais e econômicas de divisão do trabalho social, satisfazendo as necessidades coletivas.

Hirschman (1961) conceitua desenvolvimento econômico como um acontecimento amplo que, em sua ocorrência, implica elevação dos níveis qualitativos de vida. Para alcançar essa qualidade de vida, alguns prerequisites são fundamentais: a) recursos naturais; b) fontes geradores de energia; c) existência de recursos humanos devidamente qualificados; d) capacidade administrativa; e e) tecnologias.

Outra teoria é do crescimento cumulativo ou de causação circular cumulativa desenvolvida por Myrdal (1968). Nessa, ele usa esse conceito para falar de um ciclo virtuoso ou vicioso, que tanto pode ocorrer de forma ascendente quanto descendente, ou seja, uma sequência de fatos que desencadeiam outros fatos de forma cumulativa e propulsora. Ele utiliza esse conceito tanto no campo econômico quanto no campo social.

Segundo Myrdal (1968), a expansão na produção de um centro urbano gera benefícios a localidades adjacentes, pois emprega grande quantidade de trabalhadores, estimulando o mercado de bens de consumo. Diz ainda que as desigualdades regionais se agravam quanto mais pobre for o país e que, quanto maior o nível de desenvolvimento, mais fortes são os efeitos propulsores, tendo em vista as condições sociais e econômicas de que dispõem os países mais ricos.

Outra teoria clássica é a Teoria dos Polos de Crescimento, desenvolvida por François Perroux. Esta prega a concentração dos investimentos para um melhor aproveitamento dos efeitos de encadeamento. Perroux (1978) argumenta que o ponto de partida para desencadear o processo de crescimento é pela inserção de uma indústria motriz que tenha capacidade de difundir os efeitos de encadeamento em direção às atividades polarizadas. Tal inserção dentro de um sistema regional suscitará efeitos positivos e negativos à região receptora. À medida que tais efeitos vão se concentrando, a atividade motriz se tornará um polo propulsor da economia da região. O desenvolvimento dependerá do nível e da qualidade dos efeitos positivos e negativos.

Não é intenção deste artigo estender as definições de desenvolvimento, o intuito é apresentar algumas teorias que fundamentam o crescimento e o desenvolvimento de um país. A seguir, são apresentados os procedimentos metodológicos.

4. Procedimentos Metodológicos

4.1 Fonte de Dados

Para este trabalho, foram utilizadas publicações do IBGE, do Governo do Estado do Tocantins, além de outras fontes, como PNUD, sites e livros.

Para a caracterização do estado do Tocantins, foi feita uma ampla revisão de literatura com o objetivo de conhecer a região em análise. Esse processo se faz imprescindível, visto que, para fazer uma análise das características de determinada região, é necessário que se conheça bem a área de estudo. Para fazer a caracterização socioeconômica, foi feita uma coleta de dados sobre renda, população, mortalidade infantil e analfabetismo para o Brasil, região Norte e, especificamente, Tocantins.

4.2. Área de Estudo

A região Norte do Brasil tem cerca de 3.853.575,6 km² de área, o correspondente a aproximadamente 45,3% de todo o território brasileiro. Da extensão territorial da Região Norte, cerca de 7,2% pertence ao estado do Tocantins, 277.621,9 km² (Tabela 1)

Tabela 1 - Área e Densidade demográfica do Brasil, da Região Norte e do Estado do Tocantins

| Área total das unidades territoriais (km ²) | | Participação (%) |
|---|-----------|------------------|
| Brasil | 8502728,3 | - |
| Norte | 3853575,6 | 45,3 |
| Tocantins | 277621,9 | 7,2 |

Fonte: IBGE - Censo Demográfico (2010).

O Estado tem 139 municípios, uma população de 1.373.551 habitantes (2010), taxa de urbanização de 85,9% e densidade demográfica de 4,95 hab/km². A capital do Estado é Palmas, com uma população de 223.817 mil habitantes. O Estado tem como principais bacias hidrográficas, os Rios Tocantins e Araguaia, uma malha viária cerca de 5 mil km de estradas pavimentadas, sendo a distância entre os pontos extremos no sentido Norte-Sul de 899,5 km e no sentido Leste-Oeste de 615,4 km. Conta com um potencial agrícola de 16 milhões de hectares de solos agricultáveis, sua vegetação é composta por 87% de Cerrado e 13% de Floresta Amazônica (IBGE, 2010).

5. Análises dos Indicadores Socioeconômicos de Desenvolvimento do Tocantins

A Tabela 2 apresenta a população total, urbana e rural para o Brasil, Região Norte e para o Estado do Tocantins, no período de 2000 a 2010. A conclusão desta tabela é a predominância da população urbana para os três entes federativos.

Tabela 2 – População Total - Urbana e Rural residente (mil pessoas) do Brasil, Região Norte e Estado do Tocantins, entre 2001 e 2010.

| Ano (*) | Brasil | | | Norte | | | Tocantins | | |
|------------|--------|--------|-------|-------|--------|-------|-----------|--------|-------|
| | Total | Urbano | Rural | Total | Urbano | Rural | Total | Urbano | Rural |
| 2001 | 170955 | 143378 | 27577 | 9830 | 9486 | 344 | 1194 | 850 | 344 |
| 2002 | 173501 | 145913 | 27588 | 10200 | 9870 | 330 | 1211 | 881 | 330 |
| 2003 | 175954 | 148256 | 27698 | 10611 | 10275 | 336 | 1228 | 893 | 336 |
| 2004 | 181687 | 150689 | 30998 | 14300 | 10567 | 3734 | 1244 | 889 | 355 |
| 2005 | 183881 | 152138 | 31743 | 14573 | 10909 | 3665 | 1260 | 896 | 364 |
| 2006 | 186021 | 154751 | 31269 | 14838 | 11293 | 3545 | 1275 | 945 | 331 |
| 2007 | 188029 | 156763 | 31266 | 15085 | 11616 | 3469 | 1289 | 948 | 342 |
| 2008 | 189953 | 159095 | 30858 | 15327 | 11953 | 3374 | 1303 | 974 | 329 |
| 2009 | 191796 | 161041 | 30755 | 15555 | 12125 | 3430 | 1316 | 979 | 337 |
| 2010 | 190721 | 160879 | 29842 | 15865 | 11663 | 4202 | 1383 | 1090 | 293 |

Fonte: IBGE (2010) - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

(*) Para os anos de 2001 a 2009, foram utilizados dados estimados pelo IBGE, para 2010, os dados correspondem à contagem oficial

Complementado a análise da Tabela 2, esta apresenta a taxa de urbanização anual para os mesmos segmentos. Em 2000, o país apresentava uma taxa de urbanização de 81,35%, que aumentou para 84,35% em 2010. A taxa de urbanização da Região Norte entre os anos de 2000 e 2010 passa de 69,9% para 73,5%. Para o Estado do Tocantins, esta passou de 74,3% em 2000 para 78,8%. O Tocantins apresenta urbanização superior à da Região Norte, porém inferior à do Brasil. Evidencia-se, portanto, que o país, como um todo, está mais urbanizado, e a população vivendo em áreas rurais está diminuindo cada vez mais. Esta desruralização pode estar relacionada com a mecanização intensiva da agricultura no campo e/ou com as ofertas de serviços públicos como educação, saúde, emprego, renda, qualidade de vida que as cidades podem oferecer à sua população.

Tabela 2 – Taxa de Urbanização do Brasil, Região Norte e Tocantins – 2000 a 2010

| Ano | Taxa de Urbanização | | |
|------|---------------------|-------|-----------|
| | Brasil | Norte | Tocantins |
| 2000 | 81,33 | 69,92 | 74,31 |
| 2001 | 83,87 | 73,37 | 71,19 |

| | | | |
|------|-------|-------|-------|
| 2002 | | | |
| 2003 | 84,10 | 74,91 | 72,75 |
| 2004 | 84,26 | 75,32 | 72,72 |
| 2005 | 82,94 | 73,90 | 71,46 |
| 2006 | 82,74 | 74,86 | 71,11 |
| 2007 | 83,19 | 76,11 | 74,12 |
| 2008 | 83,37 | 77,00 | 73,55 |
| 2009 | 83,75 | 77,99 | 74,75 |
| 2010 | 83,96 | 77,95 | 74,39 |
| | 84,35 | 73,51 | 78,81 |

Fonte: IBGE / Censos Demográficos 2000 e 2010

Quanto mais a população cresce, maiores serão as demandas para atender à suas necessidades básicas e melhorar os indicadores de desenvolvimento (SOUZA, 2005). Para tanto, é necessário calcular as taxas de crescimento populacional. A Tabela 3 apresenta a essa taxa para o Brasil, Região Norte e o para Estado do Tocantins, entre 2001 e 2010. Tocantins apresentou uma taxa de crescimento anual de 1,34, superior à taxa do Brasil, que foi de 1%, mas inferior à da Região Norte, de 1,88%.

Tabela 3 - Taxa de Crescimento Populacional: Brasil, Região Norte e Tocantins – 2001 a 2010.

| Ano | Brasil | Norte | Tocantins |
|-----------|--------|-------|-----------|
| 2001-2010 | 1,00 | 1,88 | 1,34 |

Fonte: IBGE (2010)

A Tabela 4 apresenta para os mesmos entes federativos a taxa de natalidade, que compreende o número de nascidos vivos por 1000 habitantes, de 2000 a 2008. O Estado do Tocantins apresentou uma taxa de natalidade de 26,9 em 2000, que se reduziu para 20,5 em 2008, uma diferença de 6,4, superior à da Região Norte, de 5,6, e do Brasil, de 4,8. O Estado do Tocantins apresentou uma taxa menor que a da Região Norte, mais essa taxa é superior se comparada à nacional. Observa-se que essa taxa vem se reduzindo durante os anos analisados. A maior redução ocorreu no Tocantins em que a taxa passou de 26,9 nascidos vivos por 1000 habitantes em 2000 para 20,5 em 2008.

Tabela 4 – Taxas de Natalidade para Brasil, Região Norte e Tocantins – 2000 a 2008

| Ano | Brasil | Norte | Tocantins |
|-----|--------|-------|-----------|
|-----|--------|-------|-----------|

| | | | |
|------|------|------|------|
| 2000 | 21,2 | 28,8 | 26,9 |
| 2001 | 20,1 | 27,5 | 25,8 |
| 2002 | 19,5 | 26,5 | 24,6 |
| 2003 | 18,8 | 25,3 | 23,4 |
| 2004 | 18,5 | 24,2 | 22,4 |
| 2005 | 17,7 | 22,6 | 21,4 |
| 2006 | 17,1 | 21,7 | 20,5 |
| 2007 | 16,6 | 21,3 | 18,4 |
| 2008 | 16,4 | 23,2 | 20,5 |

Fonte: IBGE / Projeções demográficas preliminares (2010).

No que se refere à esperança de vida ao nascer, a Tabela 5 apresenta a evolução dos anos de expectativa de vida ao nascer, distribuída por gênero. Nos três entes federativos, a mulher apresentou maior expectativa em relação ao homem, mas houve significativa melhora tanto para homem quanto para mulheres, o que indica uma sensível melhora na qualidade de vida dos brasileiros.

Tabela 5 – Esperança de Vida ao nascer para Brasil, Região Norte e Tocantins – 2000 a 2009

| Ano | Brasil | | Norte | | Tocantins | |
|------|--------|--------|-------|--------|-----------|--------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| 2000 | 66,7 | 74,4 | 66,8 | 72,4 | 67,2 | 71,3 |
| 2001 | 67,1 | 74,7 | 67,1 | 72,7 | 67,4 | 71,6 |
| 2002 | 67,4 | 75 | 67,4 | 73 | 67,7 | 72 |
| 2003 | 67,7 | 75,3 | 67,7 | 73,3 | 68 | 72,3 |
| 2004 | 68 | 75,6 | 68 | 73,7 | 68,3 | 72,6 |
| 2005 | 68,4 | 75,9 | 68,2 | 74 | 68,5 | 73 |
| 2006 | 68,7 | 76,2 | 68,5 | 74,3 | 68,8 | 73,3 |
| 2007 | 68,8 | 76,4 | 68,8 | 74,6 | 69,1 | 73,6 |
| 2008 | 69,3 | 76,8 | 69,1 | 74,9 | 69,3 | 73,9 |
| 2009 | 69,6 | 77,1 | 69,3 | 75,1 | 69,6 | 74,2 |

Fonte: IBGE / projeções demográficas preliminares (2010).

Para a taxa de mortalidade, verifica-se, na Tabela 6, que o Estado do Tocantins apresentou taxa maior que a da Região Norte em todos os anos analisados, porém, essa taxa é menor em relação à média nacional. Nota-se uma regressão dessa taxa ao longo dos anos, que pode estar relacionada diretamente com as variáveis melhor alimentação, melhores condições de saneamento básico, entre outras.

Tabela 6 – Taxa Bruta de Mortalidade para Brasil, Região Norte e Tocantins – 2000 - 2008

| Taxa Bruta de Mortalidade (óbitos por 1000 habitantes) | | | |
|--|--------|-------|-----------|
| Ano | Brasil | Norte | Tocantins |
| 2000 | 6,4 | 5,3 | 5,9 |
| 2001 | 6,3 | 5,2 | 5,9 |
| 2002 | 6,3 | 5,1 | 5,8 |
| 2003 | 6,2 | 5 | 5,7 |
| 2004 | 6,2 | 5 | 5,7 |
| 2005 | 6 | 4,9 | 5,6 |
| 2006 | 6 | 4,9 | 5,6 |
| 2007 | 6 | 4,8 | 5,5 |
| 2008 | 6,1 | 4,8 | 5,1 |

Fonte: IBGE / Projeções demográficas preliminares (2010).

Em relação ao saneamento básico ligado à rede geral de esgoto ou fossa séptica, com água proveniente de rede geral de abastecimento e lixo coletado direta ou indiretamente pelos serviços de limpeza, verificou-se no país aumento de 56,5 % em 2000 para 61,8% em 2010. Nas cidades com até cinco mil habitantes, as taxas passaram de 21,7% em 2000 para 30,8% em 2010. Já nas cidades com mais de 500 mil habitantes, os percentuais eram de 79,7% em 2000, subindo para 82,5% em 2010 (BGE, 2011).

Analisando os dados para a Região Norte, apenas 22,4 % dos domicílios tinham condições adequadas de saneamento básico em 2010, enquanto no Sudeste a proporção era de 82,3%. Para o Tocantins, essa percentagem sobe para cerca de 25% de saneamento básico. Pode-se concluir que ainda é precário o saneamento básico no país como um todo e mais crítico ainda na Região Norte do Brasil.

Analisando a Taxa de mortalidade infantil, Tabela 7, verifica-se que o Estado apresentou a mais elevada taxa se comparada com a da região Norte e com a do Brasil. No Tocantins, no ano de 2007, para cada mil nascidos vivos, 27,3 vêm a óbito. Na região Norte e no Brasil, para cada mil nascidos vivos, no ano de 2007, 25 e 24,3 vêm a óbito, respectivamente. Pode-se notar uma redução da taxa de mortalidade infantil nos

anos seguintes, 2009 e 2010, tanto no Estado quanto na grande região e na federação. De 2007 para 2009, há uma redução de 6,9% na taxa de mortalidade infantil do Tocantins, de 5,9 para a região Norte e de 5,5 na taxa de mortalidade infantil nacional. Essa redução pode ser atribuída ao aumento de educação feminina.

Tabela 7 - Taxa de mortalidade infantil para Brasil, Região Norte e Tocantins por 1.000 nascidos vivos: 2000 e 2009.

| Ano | Brasil | Norte | Tocantins |
|------|--------|-------|-----------|
| 2000 | 30,1 | - | - |
| 2001 | 29,2 | - | - |
| 2002 | 28,4 | - | - |
| 2003 | 27,5 | - | - |
| 2004 | 26,6 | - | - |
| 2005 | 25,8 | - | - |
| 2006 | 25,1 | - | - |
| 2007 | 24,3 | 25 | 27,3 |
| 2008 | 23,3 | 24,2 | 26,4 |
| 2009 | 22,5 | 23,5 | 25,6 |

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica, Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02) - População e Desenvolvimento, Sistematização das medidas e indicadores sociodemográficos oriundos da projeção da população por sexo e idade, por método demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação, para o período 1991-2030.

Fazendo-se uma análise da taxa de fecundidade de acordo com a situação do domicílio rural ou urbano, pode-se observar que, de 2007 a 2009, a Região Norte apresentou as maiores taxas de fecundidade, principalmente na área rural, seguida de Tocantins e Brasil. Esse indicador também pode ser relacionado diretamente ao nível de educação feminina e às políticas de públicas direcionadas ao controle de natalidade. (Tabela 8)

Tabela 8 - Taxa de fecundidade total por situação do domicílio Brasil, Região Norte e Tocantins: 2000 e 2009.

| Ano | Brasil | | | Norte* | | | Tocantins** | | |
|------|--------|--------|-------|--------|--------|-------|-------------|--------|-------|
| | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural | Total | Urbana | Rural |
| 2000 | 2,38 | 2,18 | 3,49 | - | - | - | - | - | - |
| 2001 | 2,33 | 2,18 | 3,42 | - | - | - | - | - | - |
| 2002 | 2,26 | 2,11 | 3,25 | - | - | - | - | - | - |
| 2004 | 2,13 | 1,96 | 3,14 | - | - | - | - | - | - |
| 2005 | 2,06 | 1,93 | 3,02 | - | - | - | - | - | - |
| 2006 | 1,99 | 1,86 | 2,86 | - | - | - | - | - | - |
| 2007 | 1,95 | 1,81 | 2,74 | 2,6 | 2,36 | 3,61 | 2,26 | 2,4 | 2,87 |
| 2008 | 1,89 | 1,75 | 2,4 | 2,37 | 2,14 | 3,39 | 2,07 | 1,99 | 2,53 |
| 2009 | 1,94 | 1,81 | 2,73 | 2,51 | 2,23 | 3,47 | 2,6 | 2,24 | 3,23 |

Fonte: IBGE (2010) Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Gerência de Estudos e Análises das Dinâmicas Demográficas.

(*) (**) Não há dados disponíveis para a Região Norte e Tocantins entre 2000 e 2006.

Quando se observa o nível de instrução, Tabela 9, Tocantins apresentou as menores taxas percentuais de alfabetização quando comparado à região Norte e ao Brasil. No ano de 2007, as taxas de alfabetização para homens e mulheres no Tocantins eram de 84,3 e 87,2, respectivamente. Para a região Norte, a taxa de alfabetização, em 2007, era de 90 para mulheres e de 88,3 para os homens. E no Brasil, as taxas para homens e mulheres eram, respectivamente, 89,8 e 90,2. Pode-se observar, também, redução na taxa de alfabetização para mulheres do ano de 2007 para o ano de 2008, tanto na Região Norte quanto no Tocantins. No Brasil, essa taxa foi mantida nos dois anos, porém, houve aumento da taxa de alfabetização tanto para homens quanto para mulheres dos anos de 2007 a 2009 no Tocantins, na Região Norte e no País.

Tabela 9 - Taxa de alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo Brasil, Região Norte e Tocantins: 2001 e 2009.

| Ano | Brasil | | Norte * | | Tocantins** | |
|------|--------|--------|---------|--------|-------------|--------|
| | Homem | Mulher | Homem | Mulher | Homem | Mulher |
| 2001 | 87,5 | 87,7 | - | - | - | - |
| 2002 | 88 | 88,3 | - | - | - | - |
| 2003 | 88,3 | 88,6 | - | - | - | - |
| 2004 | 88,4 | 88,8 | - | - | - | - |
| 2005 | 88,7 | 89,2 | - | - | - | - |
| 2006 | 89,4 | 89,9 | - | - | - | - |
| 2007 | 89,8 | 90,2 | 88,3 | 90 | 84,3 | 87,2 |
| 2008 | 89,8 | 90,2 | 88,8 | 89,7 | 84,5 | 86,8 |
| 2009 | 90,2 | 90,4 | 88,6 | 90,3 | 85,1 | 87,9 |

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2009.

(*) (**) Não há dados disponíveis para a Região Norte e Tocantins entre 2001 e 2006.

O Relatório de Desenvolvimento Humano 2011 mostrou que o Brasil faz parte do seletor grupo de apenas 36 dos 187 países que subiram no ranking entre 2010 e 2011, segundo os dados recalculados para a nova base deste ano. No caso brasileiro, esta evolução do IDH do ano de 2010 para o ano de 2011 contou com um impulso maior da dimensão saúde – medida pela expectativa de vida – responsável por 40% da alta. As outras duas dimensões que compõem o IDH, educação e renda, responderam cada uma, por cerca de 30% desta evolução (PNUD, 2011).

Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para o Brasil, Região Norte e Tocantins: 2000, 2005 e 2010.

| Ano | Brasil | Região Norte | Tocantins |
|------|--------|--------------|-----------|
| 2000 | 0,665 | 0,727 | 0,710 |
| 2005 | 0,692 | 0,766 | 0,756 |

| | | | |
|------|-------|-------|-------|
| 2010 | 0,715 | 0,787 | 0,766 |
|------|-------|-------|-------|

Fonte: PNUD, 2010 – Relatório de Desenvolvimento Humano; IBGE (2010) e Ipea (2010).

A Tabela 10 apresenta os dados do IDH do período de 2000, 2005 e 2010. Em 2000, o País apresentou um IDH de 0,665, avançando para 0,718, após uma década. Para a Região Norte, esse índice que era de 0,727, tendo subido para 0,787 em 2010. Já para o Tocantins o índice subiu de 0,710 em 2000 para 0,766 em 2010. Pode-se inferir que o país está avançando nos indicadores sociais e econômicos, tanto na Região Norte quanto no Estado do Tocantins, revertendo-se esse avanço em qualidade de vida e bem-estar social.

Partindo para análises de rendimento, verifica-se que o PIB do Tocantins em 2010 representou cerca de 0,46% do PIB nacional e cerca de 8,56% do PIB da Região Norte, enquanto a Região Norte representou cerca de 5,34% do PIB nacional (Tabela 11).

Tabela 11 – Produto Interno Bruto (PIB) a preços nominais (R\$1.000.000) para o Brasil, Região Norte e Tocantins.

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-----------|------------|-----------|-----------|-----------|
| Brasil | 2.766.1345 | 3.032.203 | 3.239.404 | 3.770.085 |
| Norte | 133.578 | 154.703 | 163.208 | 201.511 |
| Tocantins | 11.094 | 13.090 | 14.571 | 17.240 |

Fonte: IBGE – Contas Regionais(2010).

O PIB *per capita* tem sido utilizado como principal indicador de crescimento econômico. No ano de 2009, o PIB per capita do Tocantins foi maior que a média da Região Norte, respectivamente, R\$11.278 e R\$10.626, porém é inferior à média nacional, de R\$16.918 (Tabela 12).

Tabela 12 – PIB per capita a preços de nominais para o Brasil, Região Norte e Tocantins -2007 a 2009

| | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|-----------|--------|--------|--------|--------|
| Brasil | 14.465 | 15.992 | 16.918 | 19.016 |
| Norte | 9.135 | 10.216 | 10.626 | 12.701 |
| Tocantins | 8.921 | 10.223 | 11.278 | 12.461 |

Fonte: IBGE (2010)

A Tabela 12 apresenta o PIB *per capita* para o Brasil, Região Norte e Tocantins entre 2007 e 2010. No acumulado, o país teve um crescimento de 31,46%, a Região Norte, de 39,04%, e o Tocantins apresentou a melhor taxa, 39,53%. Quando se calculou

a taxa média anual, o Tocantins apresentou uma taxa de 3,07, a Região Norte, de 3,0%, e o Brasil, uma taxa de 2,52%.

Esse crescimento do PIB *per capita* no Tocantins pode ser atribuído às obras na área de infraestrutura, como, por exemplo, os avanços nas obras da ferrovia norte-sul, à expansão da fronteira agrícola no Estado, aos investimentos em hidrovia e na Rodovia Belém-Brasília.

Segundo dados do IBGE (2010), o Estado do Tocantins entre 2002 e 2010 apresentou o maior crescimento em volume, com uma média anual de 14,2% e de 74,2% no acumulado. A média nacional de crescimento ficou em 7,5% em relação a 2009 e em 37,1% no acumulado.

6. Considerações Finais

O objetivo central deste estudo foi analisar os indicadores de desenvolvimento socioeconômico do Estado do Tocantins, fazendo uma comparação com a média nacional e com a Região Norte, considerando o contexto histórico do Estado. Algumas considerações sobre os indicadores evidenciam que tanto o Brasil como o Tocantins estão mais urbanizados, apresentando uma taxa de 84,3% e 78,7% de urbanização, respectivamente. O Estado apresentou uma taxa de crescimento anual de 1,34, superior à taxa do Brasil, que foi de 1%, mas inferior à da Região Norte. A taxa de natalidade passou de 26,9 em 2000 para 20,5 em 2008. A expectativa de vida aumentou nos três entes analisados.

O IDH verificado no país era de 0,665 em 2000, após uma década, ele avançou para 0,718. Para a Região Norte, esse índice, que era de 0,727, subiu para 0,787 em 2010. Já para o Tocantins, este subiu de 0,710 em 2000 para 0,766 em 2010.

Ao analisar o PIB do Tocantins entre 2002 e 2010, nota-se que ele teve o maior crescimento, 74,2% no acumulado. A participação do PIB Tocantins em 2010 representou cerca de 0,46% do PIB nacional e cerca de 8,56% do PIB da Região Norte, enquanto que a Região Norte representou cerca de 5,34% do PIB nacional. Como relação ao PIB *per capita*, Tocantins apresentou uma taxa de crescimento média anual de 3,07, a Região Norte, de 3,0%, e o Brasil, de 2,52%. Portanto, o estado do Tocantins teve o melhor desempenho.

Os dados aqui apresentados e discutidos permitem observar que Tocantins ocupa posição mediana em desenvolvimento socioeconômico na região Norte. Houve

melhoras em alguns indicadores, mas ainda há muito que avançar para chegar a um padrão satisfatório de desenvolvimento econômico. Aceita-se a hipótese de que o Tocantins seja resultado histórico do processo de desenvolvimento capitalista brasileiro, bem como da expansão da fronteira agrícola na Amazônia, que não é um espaço isolado, mas sim parte integrante e interdependente da economia capitalista. Quanto ao questionamento levantado, pode-se inferir que a mais nova unidade federativa do Brasil está, de forma ainda limitada, investindo na qualidade de vida da sua população. Este trabalho não esgota o assunto aqui tratado, recomendando-se que seja feito para outras regiões do País e com outras metodologias e modelos econométricos.

Referências

AJARA, César; BARBOSA, Jaci Gelabert; BEZERRA, Vera Maria D'Avila C. o Estado de Tocantins: reinterpretação de um espaço de fronteira. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53 (4): 5 – 48, outubro/dezembro. 1991. p 5 – 48.

BARBOSA, Altair Sales; GOMES, Antônio Teixeira; NETO, Amazônia e a Globalização. In: **Amazônia: geopolítica na virada do III. Horieste**. Geografia: Goiás-Tocantins. 2. ed. Goiânia: Editora da UFG, 2004. 270 p.

DATASUS. **Anos de vida esperados, por ano, Segundo Região e UF**. Disponível em: <tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/a11fb.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012

DATASUS. **Anos de vida esperados, por ano, Segundo Região e UF**. Disponível em: <tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/a11mb.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012

DATASUS. **Númerode nascidos vivos por 1.000 habitantes, por ano, segundo Região e UF**. Disponível em: <tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/a07b.htm>. Acesso em: 12 mar.2012

DATASUS. **Número de mortos por 1.000 habitantes, por ano, segundo Região e UF**. Disponível em: <tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/a10b.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012

DATASUS. **Proporção (%) de população urbana segundo Região e UF**. Disponível em: <tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2010/a04ufb.htm>. Acesso em: 12 mar. 2012

IBGE. **Taxa de Alfabetização das pessoas de 15 anos ou mais de idade por sexo**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1187&z=t&o=1&i=P>. Acesso em: 12 mar. 2012.

IBGE. **Área e Densidade Demográfica da unidade territorial**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1301&z=t&o=1&i=P>. Acesso em: 12 mar. 2012

IBGE. **Taxade fecundidade total por situação de domicílio**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1163&z=t&o=1&i=P>. Acesso em: 12 mar. 2012

IBGE. **Taxa demortalidade infantil, por 1.000 nascidos vivos**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=1175&z=t&o=1&i=P>. Acesso em: 12 mar. 2012

IBGE. **Populaçãoresidente, por situação, sexo e grupos de idade**. Disponível em: <www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=261&z=t&o=1&i=P>. Acesso em: 12 mar. 2012

FURTADO, C. **Teoria e política do desenvolvimento econômico**. 11 ed. São Paulo: Nacional, 1987.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. São Paulo: Círculo do Livro, 1985.

HIRSCHMAN, A. O. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. In: SORJ, B. et al. **Economia e movimentos sociais na América Latina**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 31-79.

KUZNETS, S. Economic growth and income inequality. **American Economic Review**, v.45, p. 1-28, 1955.

KUZNETS, S. S. **Crescimento econômico moderno: ritmo, estrutura e difusão**. São Paulo: Editora Abril, 1983. (Coleção Os Economistas).

JORNAL TRIBUNA DO PLANALTO. **Tocantins: trajetória de crescimento**. Disponível em: <www.tribunadoplanalto.com.br/tocantins/10604-tocantins-trajetoria-de-crescimento>. Acesso em: 18 abr. 2012

MYRDAL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1972.

MYRDAL, Gunnar. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. 2ª Edição, Editora Saga: Rio de Janeiro, 1968.

PARENTE, Temis Gomes. **Fundamentos históricos do estado do Tocantins**. Goiânia: Ed. Da UFG, 1999. 109 p.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: FAISSOL, S. **Urbanização e regionalização: relações com o desenvolvimento econômico**. 1. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 1978

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do Desenvolvimento Humano (RDH)**, 2011. Disponível em <<http://hdrstats.undp.org/en/indicators/103106.html>> acessado em 27 de janeiro de 2013.

SANTOS, R. F.; SCHLINDWEIN, M. M. ; SILVA, A. B. M. E. . Análise do nível de desenvolvimento socioeconômico do estado de Mato Grosso do Sul. In: **48 Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural - SOBER**, Tecnologias, Desenvolvimento e Integração Social, 2010, Dourados-MS

SOUZA, Nali de Jesus de. **Desenvolvimento Econômico**. 5ª edição revisada. São Paulo: Atlas, 2005.

TOCANTINS, Estado do. **Produto Interno Bruto a Preços de mercado per capita do Brasil, segundo Grandes Regiões e Unidade de Federação – 1995-2009**. Disponível em: <www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/20111220195554-pib_per_capita_do_brasil.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2012.

TOCANTINS, Estado do. **Produto Interno Bruto do Brasil a preços de mercado, Brasil, segundo Grandes Regiões e Unidade de Federação – 1995-2009**. Disponível em: <www.seplan.to.gov.br/seplan/br/download/20111220175647-produto_interno_bruto_do_brasil.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2012